

Direitos humanos

• Imponente como um cardeal da Renascença, com os seus quase dois metros de robusta altura, calmo como um cirurgião operando ao microscópio, perseverante como todos os que se compadecem do sofrimento humano, que não acaba nunca, assim é o advogado José Gregori, secretário de Direitos Humanos, cuja política construiu ao longo dos últimos quatro anos. É ele a solitária unanimidade do Governo Fernando Henrique.

Ricardo Boechat divulgou ontem que José Gregori ganhou o Prêmio de Direitos Humanos, que um comitê especializado das Nações Unidas, presidido pelo próprio secretário-geral, atribui a cada cinco anos a uma personalidade ou instituição que se tenha destacado neste campo, onde tão habituais são as transgressões dos poderosos. É um prêmio mais específico que o Nobel da Paz, mas igualmente prestigioso. O primeiro foi concedido a Eleanor Roosevelt, sendo que Martin Luther King, Nelson Mandela e a Anistia Internacional também o receberam. É a primeira vez que um latino-americano é premiado.

A candidatura de Gregori foi apresentada pelo Itamaraty, mas o que talvez mais tenha influído foi o apoio pluripartidário que recebeu: o deputado Hélio Bicudo, representando o PT; o dos acadêmicos que lidam com o assunto, como Paulo Sérgio Pinheiro, fundador do Núcleo de Estudos da Violência, da USP, que é também consultor da ONU; e de diversas confissões religiosas, como a Igreja Católica, através do cardeal Paulo Evaristo Arns, e do rabino Henry Sobel, mostrando ao comitê existir no Brasil uma ampla base de apoio para a sua decisão.

O Prêmio de Direitos Humanos tem uma importância singular para o Brasil, que com ele passa de réu a exemplo. Estivemos, durante a demência da Guerra Fria, em companhia de outras ditaduras latino-americanas, africanas e asiáticas, entre os países onde a tortura e o assassinato de opositores políticos era uma política oficial do Estado. O Governo brasileiro era constantemente denunciado nos fóruns internacionais pelas barbaridades que cometia contra os seus próprios cidadãos. A redemocratização do país não acabou, com um toque de mágica, com as violações dos direitos humanos. Permitiu, no entanto, que o Estado reconhecesse a sua dívida para com as vítimas da repressão e instituisse uma política, sistemática e explícita, de defesa dos direitos da cidadania. E essas ações, que foram ambas implantadas pelo secretário José Gregori, a partir do primeiro dia do Governo Fernando Henrique, são agora apontadas pelas Nações Unidos como exemplo para todos os demais governos.

O Brasil teve uma transição da ditadura para a democracia

mais suave que a dos nossos vizinhos. Houve muitas razões para isso. Os generais brasileiros estabeleceram um sistema de turnos na Presidência da República, que impediu que a ditadura se cristalizasse em um só homem, o que facilita a impunidade dos criminosos e incentiva a sua audácia. Procuraram ainda manter um simulacro de legalidade, tolerando um partido de oposição no Congresso policiado. Aceitaram uma lei de anistia que, na prática, foi ampla e irrestrita, valendo para os dois lados em confronto. Neste ponto, é justo ressaltar a liderança do general João Figueiredo sobre os seus pares, inclusive aqueles que se opuseram, inclusive através de atentados terroristas, à normalização da vida pública. Realizada a transição, em grande parte obra da pressão popular e da sagacidade de Tancredo Neves, José Sarney, presidente por obra do destino, e o seu ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, conduziram a consolidação do regime democrático com prudência, perseverança e firmeza.

Há, ainda, restos de resistência à democracia e ao respeito dos direitos humanos nas Forças Armadas. Afinal, as bombas do Riocentro e da OAB não foram postas por cívis. A renovação dos quadros é muito lenta nas grandes burocracias, tanto militares como eclesiásticas e econômicas. Mas foi longo o caminho percorrido nos últimos 12 anos e importantes os progressos feitos, tanto no mundo militar como civil. Tenho a impressão, aliás, que a mudança de mentalidades no segmento militar está sendo mais rápida e profunda que no resto da sociedade.

Não quer isto dizer que o Estado brasileiro possa dormir sobre louros. José Gregori, os que da sua luta participam e os que no futuro a continuam, têm muito trabalho a fazer. Civilizar a polícia, que em muitos lugares abriga criminosos e selvagens, é uma tarefa a longo prazo. Punir quem escraviza trabalhadores e os que se aproveitam do trabalho infantil é outro projeto que se estende no tempo, dependente não só de governos e da Justiça como do próprio nível educacional, da repartição da renda e do crescimento econômico do país. Mas, como dizem os chineses, toda longa marcha começa pelo primeiro passo. O primeiro passo foi dado.